

Por uma cidade humana: diferentes olhares sobre cidadania na experiência do Ocupe Estelita

Towards a Humane City: Different Perspectives on Citizenship in the Occupy Estelita Experience

LUANA BULCÃO

Luana Bulcão é doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Atualmente, realiza pós-doutoramento sob supervisão do Prof. Dr. Muniz Sodré. Empreendeu também pós-doutorado em Estocolmo (Suécia) por três meses em 2025 com pesquisa relacionada às *smart cities*. É integrante do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da ECO-UFRJ, onde atua na frente de internacionalização do laboratório. E-mail: luanabulcao@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise histórica do conceito de cidadania com propósito de tentar elaborar uma noção de cidadania ativa, afetiva e política a partir da experiência do Ocupe Estelita em Recife. Essa cidadania, proveniente de uma “cidade humana”, incluiria uma apropriação do espaço urbano. O Ocupe Estelita foi um movimento social urbano de ocupação contra a construção de doze torres de edifícios de até quarenta andares no terreno da União do Cais José Estelita. A partir de entrevistas coletadas no decorrer de fevereiro e julho de 2018, alvitra-se não só a exemplificação dos conceitos elaborados no presente trabalho, mas também uma construção de uma noção de cidadania mais inclusiva e participante, capaz de superar as barreiras da pacificação dos corpos e do exercício neoliberal cidadão. Conclui-se, portanto, que experiências de cidadania, como a do Ocupe Estelita, podem constituir – mesmo que de forma efêmera – espaços onde uma cidade humana pode emergir.

Palavras-chave: cidadania; cidade; Ocupe Estelita.

ABSTRACT

This paper proposes a historical analysis of the concept of citizenship with the aim of developing a notion of active, affective, and political citizenship based on the experience of the Ocupe Estelita movement in Recife. This form of citizenship, stemming from a “human city,” would involve an appropriation of urban space. Ocupe Estelita was an urban social movement that occupied land in protest against the construction of twelve towers of up to forty stories on federal land at the Cais José Estelita. Based on interviews collected between February and July 2018, the paper seeks not only to exemplify the concepts developed herein but also to construct a more inclusive and participatory notion of citizenship—one capable of overcoming the barriers of pacified bodies and the neoliberal exercise of citizenship. It can be concluded, therefore, that citizenship experiences such as Ocupe Estelita can constitute—even if only ephemerally—spaces where a humane city can emerge.

Keywords: citizenship; city; Occupy Estelita.

INTRODUÇÃO

Em 2014 Recife viveu uma experiência de cidadania e ocupação do espaço público através do Ocupe Estelita. O Ocupe Estelita foi um movimento de ocupação urbana contra a construção do Projeto Novo Recife – um projeto que previa a edificação de doze torres de até quarenta andares no terreno da União do Cais José Estelita. O projeto inicial das doze torres foi modificado com o tempo e com a pressão popular por um redesenho mais justo e inclusivo. No final, o plano inicial mudou, diminuíram a quantidade de edifícios e um pouco da altura, mas sobrou ainda a essência elitizada e fechada do desenho original.

Em maio de 2014 iniciou-se a demolição dos armazéns do cais, o movimento respondeu ocupando e ressignificando a área, tornando-a um lugar de convívio e exercício da cidadania. Nos dois meses em que o cais foi ocupado, diversas atividades ocorreram: shows de artistas pernambucanos e nacionais, aulas públicas, oficinas, venda de livros, espaço para lazer infantil etc. Hoje, mais de dez anos depois da ocupação, as torres do Projeto Novo Recife já se encontram quase finalizadas e o cais Estelita se tornou oficialmente mais um condomínio ocupado pela elite pernambucana. Contudo, a experiência do Ocupe Estelita demonstrou como uma *cidade roubada* pelas empreiteiras pode se reconfigurar em um espaço comunitário e aberto, mesmo que efemeramente, possibilitando o desempenho de uma cidadania participativa e mais humana.

Isto posto, esse artigo propõe uma discussão teórica do conceito de cidadania, partindo da sua acepção inicial britânica presente nas teorias de Marshall e movimentando-se em direção a uma compreensão da cidadania mais humana e participativa (Paiva e Sodré, 2018). Para isso, o trabalho divide-se em três partes: a primeira com a apresentação do Ocupe Estelita; a segunda, com uma problematização do conceito de cidadania a partir de autores como Turner (1990), Cullen (2007) e Yamamoto (2018); e por último, a discussão de uma proposta de cidadania ativa política e afetiva esboçada por Paiva e Sodré (2018) utilizando como exemplo falas dos integrantes do movimento.

OCUPE ESTELITA, UMA HISTÓRIA

A história do Ocupe Estelita começa em 2012 com as ocupações da área externa do Cais José Estelita realizada pelo grupo Direitos Urbanos (DU). Em maio de 2014, apesar do embargo do IPHAN^[1], o consórcio Novo Recife inicia a demolição dos armazéns do cais. Como resposta

a essa ação e com a justificativa de fazer valer a lei, começa a ocupação do Estelita e com ela surge o Movimento Ocupe Estelita (MOE). Diferenciando-se do DU pela abordagem política mais anarquista e composto pelas pessoas que estavam acampadas no cais, o MOE transformou-se em um movimento cuja causa era a disputa pelo terreno do cais Estelita, com propósito de retorná-lo, enquanto espaço público, para a população recifense. Enquanto isso, o DU investia em uma política mais institucional, operando prioritariamente pelas mídias – principalmente a internet – e pela disputa jurídica. A permanência na área externa do cais perdurou até 17 de junho, quando ocorreu uma violenta reintegração de posse conduzida pela Polícia Militar. Após esse incidente, a ocupação desloca-se para a parte externa, debaixo do Viaduto Capitão Temudo, na Praça Abelardo Rijo, onde permaneceu até 10 de julho.

A ocupação revitalizou o espaço do Cais José Estelita por meio de uma série de protestos e “ocupões” que consistiam em shows, palestras, oficinas de circo, arte e música, aulas públicas, atividades para crianças, além de uma constante tentativa de integração com as favelas do entorno. Além disso, a partir do apoio de compositores, cineastas, escritores, produtores culturais, artistas plásticos, fotógrafos, que contribuíram com shows, filmes, artes visuais, liberação de direitos autorais, cachês e renda da venda de produtos, o movimento ganhou visibilidade, repercussão nacional e internacional.

A pressão feita pela mídia internacional – que cobria a Copa do Mundo FIFA 2014 – e alguns setores da nacional, pela população recifense e pelo MOE leva o Novo Recife a concordar, com intermédio da prefeitura, em produzir um novo projeto para área do cais. O novo projeto apresentado possuía algumas mudanças como: o aumento do número de edifícios de doze para treze; a redução da altura para 12 a 38 andares, contra 20 a 40 do plano inicial; construção de vias para pedestres, carros e ciclovias; edificação de uma biblioteca, centro cultural, café e anfiteatro, entre outras. Tanto o DU quanto o MOE foram extremamente críticos ao redesenho, afirmando que as inclusões só beneficiavam ao próprio Novo Recife. Segundo Marcos, integrante do DU, e professor da UFPE^[2]:

Tinha gente que dizia assim “ah, teve avanço no redesenho” e outras diziam “continua a mesma coisa”. Pra mim foi uma grande maquiagem, continuava a mesma coisa, a natureza do projeto era a mesma coisa e no máximo a gente ajudou os arquitetos a fazer o trabalho deles, que eles deveriam ter feito desde o começo (Marcos, DU, 2018).

Félix Guattari (2006) em *Caosmose* propõe pensar o espaço e o corpo como fenômenos inseparáveis e intimamente conectados a constituição dos *modos de subjetivação*. Segundo o autor, nossa percepção do espaço atual pode ser modificada pelo que ele chama de componentes de subjetividade – que podem ser sociais, maquínicos ou estéticos. Assim, esses espaços construídos, quando reestruturados, afetam nossas percepções anteriores, destituindo nossos

antigos lugares de referência e, ao mesmo tempo, criando outros, através de um processo de desterritorialização, sensivelmente mais perceptível devido à velocidade das transformações atualmente. Pensando nisso, Guattari (2006) indica que esses espaços possuem uma dimensão que transborda a dimensão física, visível e funcional, podendo interpelar nossa subjetividade constituindo tanto “um esmagamento uniformizador”, quanto uma “re-singularização libertadora da subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 2006, p. 157).

No mesmo sentido, Janice Caiafa (2013) observa que os espaços construídos da cidade vão determinar o tipo de ocupação que irá ocorrer em cada um deles e, ainda, que a percepção desses espaços é complexa e mobiliza todos os nossos sentidos. De alguma forma, esses lugares possuem uma força experiencial que é capaz de “evocar outras experiências e criar e modificar afetos” (CAIAFA, 2013, p. 75). Essa experiência pode ser produzida de forma criadora, se nos relacionarmos de forma ética com os outros que nos confrontamos diariamente por meio da nossa convivência.

Isto posto, é importante ressaltar como o espaço do Cais José Estelita transformou-se de um lugar de passagem para um lugar que representava o Recife inteiro^[3]. O cais adquire uma dimensão simbólica que extravasa a sua dimensão apenas física, torna-se um lugar onde cabem os sonhos, anseios e reivindicações de uma população cansada de uma urbanização predatória e em benefício do capital. O cais Estelita transforma-se em todo o Recife tanto no sentido positivo, enquanto uma representação de resistência as imposições de uma urbanização capitalista; quanto negativo, retratando um exemplo do que poderia acontecer com outros espaços da cidade alvos da especulação imobiliária. Vladimir, integrante do MOE, traduz da seguinte forma:

Isso era a base de, assim, milhares de pessoas do Recife que acreditavam num outro modelo de cidade sabe, ali eu acho que foi um ato muito importante pra sociedade civil recifense sabe, nessa questão do direito à cidade mesmo. Uma certa expressão de “basta” sabe? Uma certa expressão de que “a gente já viu coisa demais, vocês fazerem coisa demais” sabe, a gente precisa se posicionar sobre isso agora... eu acho que muita gente encontrou ali a possibilidade de manifestar a indignação, o sentimento de injustiça contra o capital imobiliário... contra vê o que a sua cidade tava se transformando por conta do interesse do capital imobiliário, de poucas empresas (Vladimir, MOE, 2018).

CIDADANIA, UM CONCEITO EM REVISÃO

Turner (1990) propõe uma investigação sociológica, histórica e filosófica mais profunda sobre o conceito de cidadania e como ele se relaciona com a política de bem-estar social

presente, sobretudo, na Europa. Para isso, o autor aventura uma discussão sobre as características e acepções modernas do termo a partir das teorias de Thomas Marshall e Michael Mann. Marshall sugere a ideia de cidadania como uma noção capaz de resolver, ou pelo menos conter, a extensa desigualdade social e econômica, além dos problemas gerados pela propriedade privada, todos frutos do sistema capitalista. O autor trabalha o termo dentro das questões de evolução do Estado de bem-estar social da Grã-Bretanha entre os anos 1890 e 1945, expressos por meio das três dimensões nomeadas: civil, política e social.

A cidadania social seria proveniente de um significativo desenvolvimento nos direitos civis individuais no século XVIII, direitos esses que deviam ser defendidos por meio de um sistema formal de leis. A cidadania política, por sua vez, é observada por Marshall em um importante crescimento dos direitos políticos no século XIX, como resultado da disputa da classe trabalhadora por igualdade política em termos de maior acesso às instituições políticas para articulação de interesses. Finalmente, no século XX, percebendo a expansão do direito social como base de reivindicação do Estado de bem-estar social e que estabelecia uma garantia de seguridade social em períodos de desemprego, doenças ou distresse. Portanto, a partir dessa reflexão, ele denomina as três instituições centrais da sociedade contemporânea: a corte das leis, o parlamento e o sistema de bem-estar social.

Entretanto, a teoria de Marshall sobre cidadania tem sido criticada por alguns problemas nas suas análises dos direitos. Entre as principais críticas, destaca-se a perspectiva evolucionária na emergência histórica da cidadania, onde os direitos sociais parecem ser efeito de um maior e iminente desenvolvimento na sociedade. Também se critica a incapacidade do autor de expandir suas reflexões para um contexto social mais amplo, estando ele exclusivamente focado no contexto da Grã-Bretanha no tempo de guerra e pós-guerra. Outra crítica que merece evidência é o fato de o autor conceber a emergência da cidadania como um processo irreversível.

O que Turner (1990) sugere é que o “desenvolvimento histórico da cidadania requer certas noções universais do assunto, a erosão do sistema de parentesco particular em favor do ambiente urbano que só pode florescer, inicialmente, de uma cidade autônoma” (TURNER, 1990, p. 194, tradução nossa). Ou seja, esse autor propõe uma ideia de cidadania inserida em um contexto urbanizado de uma urbe emancipada.

Nesse sentido, as reflexões de Cullen (2007) sobre o conceito de cidadania parecem profícuas. O autor pensa a cidadania para além de uma questão de jusnaturalismo (direito natural, no sentido moderno), trabalhando com a ética e a política como noções históricas que só podem ser definidas narrativamente e, por isso, sempre abertas a novos relatos e significações.

Cullen (2007), então, trabalha com a hipótese de que há sempre uma relação entre ética e política, onde a boa moral e a boa cidadania seriam categorias com correspondência a ser definida.

Para isso, o autor propõe algumas dimensões importantes para a pensar a cidadania, seriam elas: o pertencimento, associado a um espaço determinado a pólis; a autonomia, relacionada a um modo de atuar de um sujeito livre de toda dependência com a pólis, com um círculo, com uma natureza ou uma fé; a resistência, que pressupõe uma genealogia moral e uma ética do cuidado de si mesmo; e a responsabilidade, vinculada à uma exterioridade, à um Outro como aquele diferente de si mesmo.

A cidadania, segundo Cullen (2007), fala grego porque tem a sua origem na filosofia grega de Platão e Aristóteles que acreditavam que uma “boa vida” incluía ser um bom cidadão, como uma marca de uma organização social cujo membros eram livres. Quando da crise do helenismo, o conceito de cidadania e a relação de pertencimento sofreram mudanças significativas. O autor esboça a possibilidade de terem sido os epicuristas e estoicistas os primeiros a se darem conta dessa crise e, por sua vez, colocarem em debate a questão da cidadania – como ideal de uma vida deliberado na ágora – em contraponto ao círculo de amigos e ao cosmopolitismo.

A identidade social, portanto, não se definiria pelo pertencimento a uma pólis, ou a um grupo de amigos, ou a um “cosmo”. Essa posição colocava em primeiro plano a individualidade e a interioridade ética, traçando, talvez, as primeiras contradições presentes na ideia de cidadania. O pertencimento, desse modo, é o primeiro valor que põe em jogo a cidadania, isto porque, ela estaria relacionada com a identidade social e, sem pertencimento, não se constitui identidade. Assim, “uma cidadania sem identidade e sem pertencimento tende a um atomismo individualista e só esconde discriminações” (CULLEN, 2007, p. 5, tradução nossa).

Turner (1990) defende, por sua vez, que uma teoria geral da cidadania deve levar em consideração uma perspectiva comparativa e histórica na questão dos direitos, porque o caráter da cidadania varia sistematicamente entre diferentes sociedades. É preciso, portanto, uma análise histórica genuína, preocupada com, não apenas o legado grego e romano, mas com as comparações problemáticas entre as tradições ocidentais e não-ocidentais. Nesse sentido, o autor apresenta o sistema de crítica proposto por Michael Mann, que ataca a especificidade etnocêntrica e o evolucionismo da perspectiva de Marshall.

O tratamento de Mann para a cidadania representa não apenas um avanço teórico em relação a teoria marshalliana, mas também uma importante contribuição para o entendimento do processo de constituição dela. Dessa forma, Mann percebe a origem da cidadania como uma estratégia de classe onde o Estado tem papel primordial na criação da estabilidade social. Contudo, Mann nega a possibilidade de existência dos direitos de baixo para cima, trabalhando apenas com características marxistas de classe, capitalismo como um modo de produção, o Estado e geopolíticas. Com isso, na teoria desse autor, a cidadania permanece uma estratégia pela regulação e institucionalização dos conflitos de classe por agências públicas e governamentais,

ao invés de um conjunto de práticas que articulam demandas populares por participação.

Turner (1990), então, aponta as problemáticas presentes nas teorias desenvolvidas por Marshall e Mann. O primeiro, apesar de distinguir entre diferentes tipos de cidadania, não desenvolve nenhuma visão ativa ou passiva dela. O segundo, por sua vez, se limita pelo paradigma marxista, onde a cidadania emerge apenas como estratégia de dominação sobre as classes subordinadas. O autor, por fim, sugere um modelo de cidadania desenvolvido a partir de duas dimensões. A primeira é a passivo-ativo, dependendo de como a cidadania se desenvolveria (de baixo para cima ou de cima para baixo); a segunda dimensão seria a tensão entre o reino do privado, do individual e da família em relação a arena pública da ação política.

Cullen (2007), então, traz contribuições importantes para a discussão. Ele insere, desse modo, a segunda marca da cidadania – em oposição à primeira – relacionada a um não pertencimento a um espaço determinado, mas sim a ficção de um estado de natureza pré-social que se realizaria na racionalidade política. É o momento em que a cidadania passa a se relacionar com o modo de atuar de um ser humano livre, resultado de um exercício de poder ou direito soberano que define a natureza como “cogito”. A autonomia, portanto, implicaria na capacidade que o sujeito tem de atuar de acordo com os imperativos da razão prática, isto é, “não submetidos a mera lei dos fenômenos naturais nem a pressão social: nesse sentido descontextualizado ou sem que conte o pertencimento da identidade (e, por isso mesmo, das diferenças)” (CULLEN, 2007, p. 8, tradução nossa).

É importante, porém, não confundir a autonomia com fazer “o que nos der na telha”, como se aplicasse nenhum juízo moral que pudesse legitimar a ação. Seria a ideia de autonomia como resultado de uma luta capaz de reconhecer o desejo em um nível estrutural, como resultado de um processo e não um ponto de partida de forma desenquadrada. E esse modo não implica apenas o direito do indivíduo, mas sim um retorno a si mesmo produzido essencialmente na contenda por reconhecimento. Partindo para a terceira dimensão da cidadania, a resistência: “se resiste, sobretudo, aos processos de desubjetivação ou a perda da diferença criativa da subjetividade em nome de uma identidade niveladora e, no fundo, simuladora de seu próprio poder de coisificação e de domínio das singularidades” (Cullen, 2007, p. 14, tradução nossa).

Pensando assim, Cullen (2007), aponta três formas de resistência ao totalitarismo do sujeito: uma genealogia da moral, subvertendo os valores e procurando uma nova criatividade e valores; uma ética do cuidado de si mesmo, que denuncie as diferentes formas de poder, inclusive, o poder disciplinador e o biopoder; e uma política (vida ativa, cidadania) totalmente voltada a “vida nua”. Então, aponta o autor, a cidadania tem sua origem na alteridade, na exterioridade. Isto porque, a responsabilidade – a quarta dimensão – vem do que é exterior a totalidade, do entendimento do Outro que me interpela e me faz responsável.

Dessa forma, Cullen (2007) aponta dois problemas de entendimento em relação a responsabilidade. O primeiro que consiste em pensar que a relação de interpelação do outro poderia reduzir-se a uma relação eu-tu (relação dentro de uma totalidade). O segundo seria entender essa dita condição de “vulnerabilidade” como algo ameaçador a nossa ilusória totalidade, como algo capaz de interferir no nosso pertencimento, autonomia ou cuidado de si. É, portanto, por meio da responsabilidade que se faz uma cidadania justa. Assim, “ser cidadão é ser responsável pelos outros, antes de todo o pertencimento, de toda autonomia, todo cuidado de si, e como o único que justifica – faz justa – o pertencimento, a autonomia, o cuidado de si, que constituem o caráter democrático da cidadania” (CULLEN, 2007, p. 17, tradução nossa).

Considerando o exposto até aqui, demonstra-se importante pensar a cidadania inserida no contexto das pesquisas em comunicação, como aponta Yamamoto (2018). O autor propõe problematizar o exercício contemporâneo da cidadania que, segundo ele, estaria aliada às práticas neoliberais, privilegiando ações de caráter privado ao invés das comunitárias. Com o enfoque comunicacional, Yamamoto (2018) pretende tensionar a ideia de cidadão como aquele que procura apenas a realização dos seus anseios individuais. Para isso seria imprescindível a ampliação da ideia de comunicação para incluir, além da simples transmissão de informações, a noção de vinculação como abertura ao Outro. Nesse sentido, as reflexões de Sodré (2014) sobre o conceito de comunicação demonstram-se fundamentais.

Segundo Sodré (2014) “comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como uma entidade agregada, mas como vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem” (SODRÉ, 2014, p. 214). O autor define também a tríade essencial da comunicação como: a comunidade ou espaço simbólico; a vinculação, no sentido de força do lugar de onde provém as atitudes que são tomadas dentro das relações intersubjetivas; e o comum, como a riqueza comum do mundo material e os resultados da produção social necessários a interação social. Dessa forma, toda comunicação precisaria de um vínculo estrutural e originário, estabelecido pela constituição do comum e pela matéria sensível ou *philia*. A *philia* redefine o comum como “próprio”, no sentido de “vizinho”, territorialidade, proximidade.

Nesse sentido, Sodré (2014) distingue epistemologicamente o “comum” da “comunidade”, sendo o primeiro uma disposição ontológica originária inerente à filogênese e ontogênese do sujeito. A comunidade, então, não seria uma atualização desse comum originário, mas algo que sempre estamos a medida em que sempre nos comunicamos a partir do interior da distribuição dos lugares e das identificações que constituem o laço coesivo. Por isso, são várias as formas de comunidade e todas elas são resultado de uma subjetivação que vai, por sua vez, instaurar um novo comum.

CIDADANIA E OCUPE ESTELITA

Paiva e Sodré (2018) discutem a etimologia da palavra “cidadania” e como ela se encontra ligada à “cidade”. O que os autores propõem é uma revisão do conceito de forma a incluir nos direitos de cidadania uma apropriação extensiva do espaço urbano com objetivo de torná-lo, de fato, habitável (acolhedor, agregativo), libertando-o da destruição ambiental e da degradação causada pela derrocada dos serviços públicos. Assim, “habitar supõe que os cidadãos façam da cidade uma apropriação política e afetiva, opondo a ‘cidade aberta’ a ‘cidade fechada’” (PAIVA e SODRÉ, 2018, p. 1).

Cidades fechadas, segundo os autores, seriam aquelas geridas prioritariamente para os habitantes de alta renda e com investimentos nos aspectos da cidade-espetáculo. Enquanto a cidade aberta possuiria uma dinâmica coletiva de trocas nos espaços sociais, com uma ideia de comunidade capaz de mitigar os efeitos de uma industrialização acelerada. Marcos, integrante do DU, comentando sobre uma frase do movimento utilizada em uma festa de réveillon “O Recife inteiro é um grande Cais José Estelita”, disserta sobre a capital pernambucana como uma cidade fechada e o cais como símbolo dessa urbanização voltada para a população mais enriquecida.

Eu gosto dessa frase. Tem uma vantagem, aí meio academicizando, semiotizando, tem uma vantagem de liberar também a discussão sobre o que esse símbolo é esse né... símbolo como? Então assim, pode ser o símbolo arquitetonicamente da segregação física, pode ser o símbolo socioeconômico do modelo da elite da apropriação (...) quando a gente fala que a cidade tá sendo privatizada, ela é um slogan que meio fica metafórico no dia a dia, mas o Estelita virou algo concreto, então eu acho que é um símbolo muito forte... Aquilo poderia ter sido do povo, a gente poderia ter discutido o destino daquilo, sabe? Mas não, foi apropriado um naco de 10 hectares no centro da cidade pra iniciativa privada... Então assim, por um leilão ilegal, por um processo todo ilegal, então tem a distorção do poder público todinho já favorecendo o privado, então eu acho assim que tem muita coisa ali, mas que eu acho que resume nisso, sabe? Nessa ideia de que a negação da cidade, a negação do comum, a negação do público né... O comum é um conceito muito forte... Que é isso, essa negação do comum de várias maneiras, tanto na arquitetura que segrega da rua, quanto nesse processo que alienou o bem, quanto na falta de participação durante o licenciamento, no final das contas é isso 99% fica fora de uma decisão que afeta 99% depois, então eu acho que é esse o símbolo, pra mim é isso... De falta de democracia na cidade (Marcos, DU, 2018)

Então, segundo Marcos do DU, o Projeto Novo Recife seria o símbolo dessa cidade fechada, desses espaços anteriormente públicos, mas que são apropriados pelo poder privado nessa disputa do capital pelo espaço urbano. Talvez, no mesmo sentido, a ocupação do Estelita seja um exemplo de cidade aberta, onde a população pode fomentar o comum e apenas estar juntos, se apropriando efetivamente de um lugar da cidade de forma coletiva.

No mesmo sentido, Richard Sennett (2018) propõe uma divisão entre o ambiente construído e a forma como as pessoas habitam nele. Para isso, ele utilizou duas palavras francesas *ville*

e *cit  *, a primeira representando determinado lugar e seus aspectos materiais e a segunda “o modo de vida de um bairro, os sentimentos de cada um em rela  o aos vizinhos e aos estranhos, e sua vincula  o com o lugar” (SENNETT, 2018, p. 11). Sennett (2018) explicita que para além de se referir   antropologia da *cit  *, essa palavra também expressa um tipo de consciência que pode referir-se a forma como se quer viver coletivamente, indicando a aproxima  o entre a *cit  * e *citoyenneté*, a cidadania. Enquanto a ideia de *ville* quer dizer muito mais do que apenas o ambiente construído ou um reflexo da economia e da política, ela expressa que as formas materiais de uma urbe são também resultado de uma vontade.

Isto posto, uma *ville* aberta   assinalada por cinco formas que a tornam complexa: o espaço público atuando de forma sincr  nica; o privilégio da fronteira (porosa) em detrimento da divisa (fechada); o demarcar pontos da cidade de maneira modesta para chamar aten  o a determinados lugares; o uso de formas-tipo para constru  o de versões urbanas variadas; e por último, o exercício do planejamento de semeadura, no qual o próprio plano de onde situar, por exemplo, escolas, lojas, parques etc., avança independente da urbe, gerando uma intrincada imagem do todo urbano. Dessa forma, uma “*ville* aberta evitar   os pecados da repeti  o e da forma est  tica; vai criar condi  o es materiais para o aprofundamento e solidifica  o da experiência da vida coletiva” (SENNETT, 2018, p. 272).

A palavra moderna de “cidadania”, apontam Paiva e Sodré (2018), vem do latim *civitas* que significa exatamente cidade. Expandindo essa no  o, aquele que habita a urbe e tem nela garantido seus direitos   chamado, então, de *civis*, cidadão. Na Grécia Antiga, o cidadão era aquele que habitava a pólis e exercia nela seus direitos políticos – contudo,   importante pontuar que na época os escravos, estrangeiros ou mulheres não eram considerados cidadãos, ou seja, a maior parte da popula  o. O que os autores apontam com isso   que a unidade da pólis não era baseada na divisão do trabalho, mas sim na *philia*, uma unidade constituída pelo vínculo, um “amor especificamente comunitário” (PAIVA e SODRÉ, 2018, p. 3).

O que a gente fazia, o que eu fazia junto com os integrantes de dentro da ocupa  o era simplesmente construir, sabe? Construir a ocupa  o enquanto algo palpável. Fazer desde um banheiro seco a montar uma cozinha, a montar o espaço das assembleias e de onde as pessoas iam dormir, sabe? Levantar pau, lona, tudo. Montar todo o sistema elétrico, porque não tinha energia suficiente l  . Então, foi uma coisa muito de ‘vamos fazer’, tipo ‘temos vários braços aqui e várias pessoas que têm conhecimento sobre várias coisas, então vamos fazer acontecer’. Tipo, vamos se juntar, dividir tarefas e coletivamente fazer. E tipo, eu nunca tinha passado por esse processo antes e foi tipo uma coisa muito extraordinária na minha vida, muito louca por que a questão da autonomia e da coletividade era muito nova sabe? (...) e foi uma experiência muito massa assim de construir, construir seu lugar mesmo, sabe? Tipo, a gente tava construindo nossa pequena comunidade ali dentro. O que que a gente queria? A gente sempre perguntava ‘o que que a gente quer pra esse espaço?’, por exemplo. O que que a gente quer... O que que a gente imagina de cidade? Como   que a gente imagina uma cidade

autossustentável? Aí vamo fazer. Uma escolinha? Vamo fazer a escolinha do Estelita. Uma horta comunitária? Vamo fazer uma horta comunitária no Estelita. Então foi mais ou menos isso, a gente sempre se juntava, discutia o que que a gente queria pra aquele espaço, como que a gente ia fazer e fazia (Ramona, MOE, 2018).

Ramona, integrante do MOE, traz reflexões importantes para pensar o sentido de comunidade construído ali durante a ocupação do Cais José Estelita. Pensando o conceito trabalho por Sennett (2018) de *vínculo pelo fazer*, vemos ressoar as possibilidades de construção de uma cidade ética por meio da construção coletiva. O autor apresenta como alternativa ao individualismo do neoliberalismo a ideia da utilização de técnicas de coprodução, a maioria relacionadas a inserção de quem vai habitar o espaço no processo de edificação dele, práticas essas que levam em conta o valor ético do *comum*, capaz de desestabilizar a ideia fechada de que só existe uma forma de se fazer algo. Nessa construção do comum, o outro emerge como parte fundamental, viabilizando aquilo que eu não consigo realizar sozinho.

E essa questão do Movimento Ocupe Estelita, ele ganhou um corpo assim de coletivo mesmo ali na ocupação, um coletivo que foi se formando... Foi se afirmando né pelas presenças na ocupação (Vladimir, MOE, 2018).

Portanto, as considerações de Ramona sobre a estruturação do Ocupe Estelita e seus aspectos materiais e práticos fazem eco também às noções de cidadania colocadas por Cullen (2017), principalmente no que diz respeito a autonomia e a responsabilidade. Dessa forma, a experiência coletiva e comum do Estelita, pode ser considerada uma experiência cidadã de produção de vínculos pelo ato do fazer com ou fazer junto. Vladimir, integrante do MOE, contribui com as observações de Ramona, colocando o Ocupe Estelita como um *corpo coletivo*, formado pela *presença* e pelo *vínculo* comunitário da ocupação.

Paiva e Sodré (2018) indicam que contemporaneamente, onde a mídia se alia ao capital financeiro e impõe uma nova forma de vida denominada *bios midiático*, o social passa a ser representado pela capacidade de consumo. Resgatando a noção de "cidadão passivo", "socializar não seria politizar-se, mas consumir" (PAIVA e SODRÉ, 2018, p. 5). Por isso, os autores propõem o resgate da conexão presente entre cidadania e cidade, com objetivo de compreender as disputas de coletivos por revalidação do seu direito dentro da urbe, isto é, seu direito à cidade. Dessa forma, a pretensão de modificar a cena urbana, tornando-a mais humanizada, seria uma espécie de reconfiguração da noção de cidadania para além de apenas um par de direitos universais, localizando-a no cotidiano.

Contudo, Paiva e Sodré (2018) destacam que a cidade como espaço da gênese e da finalidade da vida social, como esse lugar da convivência entre estranhos poderia estar ficando para trás diante da aproximação do que eles denominam de "estado de barbárie" que seria o fim de toda

civilidade. Nesse sentido, os autores sinalizam a circulação como direito básico para existência humana, o direito primordial de ir e vir como prática fundamental e indispensável para uma vida cidadã. Porém, é importante ressaltar que o direito à circulação ao qual eles se referem não é aquele relacionado aos anseios automobilísticos do século XIX, mas sim ao ideário de Jane Jacobs (2011) de uma mobilidade ativa, proveniente da caminhada e de bicicletas.

No século XIX, com a industrialização em larga escala, empresas como a General Motors passam a gastar fortunas para convencer a população de que se elas queriam ter acesso a nova tecnologia do automóvel era necessário reconstruir as cidades em torno da *highways*. A rua ou a avenida larga, segundo Mumford (2004), passam, então, a serem símbolo de progresso. Bairros inteiros são modificados para se adequar ao novo ideal de movimento acelerado. O capitalismo sacrifica a vizinhança em prol da avenida de tráfego. É aqui que Jane Jacobs (2011) adentra com sua crítica fervorosa ao modelo de transformação de Nova York promovido por Robert Moses. “Esse livro é um ataque”, afirma a autora, e descreve sua obra como um escrever sobre o “funcionamento das cidades na prática” (JACOBS, 2011, p. 1).

Jacobs (2011) coloca as cidades como imensos laboratórios construídos na base da tentativa e erro, sucesso e fracasso, elaborando uma crítica à falta de pragmatismo dos planejadores urbanos. Apesar da crítica ao modelo de urbe fomentado pelos automóveis – composto por postos de gasolina, estacionamentos, artérias viárias e *drive-in* – a autora afirma que os veículos motorizados não são por si só os grandes vilões desse cenário, mas sim um sintoma da “incompetência no desenvolvimento urbano” (JACOBS, 2011, p. 6).

Quando perguntado sobre o porquê resolveu colocar sua barraca no cais e se juntar a ocupação, Vladimir (MOE) respondeu:

Somar força né? Somar força, fazer do corpo um instrumento político né? Ocupação é basicamente isso... Se utilizar do próprio corpo como força. A presença né? E fortalecer e derrotar essa lógica mercadológica que se instala sobre uma cidade que eu escolhi pra viver né? Foi uma escolha né? E eu não aguentava mais ver um processo que me expulsou de São Paulo, eu saí de São Paulo porque eu não aguentava ver o que viria a se reproduzir intensamente no Recife nos anos posteriores a minha chegada aqui. Que é a questão dessa opressão do espaço, da cidade sobre o indivíduo, os coletivos e a definição política dos espaços né? Os espaços definem politicamente pra onde você vai, se você é de um lugar você vai pra esse lugar. Por tanto tempo, a questão do custo social da questão da mobilidade... Sabe isso sempre foi muito caro, essa questão de se gastar horas e horas e horas, pensando o tempo de vida que eu podia tá dedicando ao meu desenvolvimento como indivíduo, como sujeito né? É... e enfim, aquilo foi visceral... Mas a minha questão mesmo era enfrentar, era somar forças, me integrar ao coletivo pra enfrentar essa batalha contra esses pretensos donos do Recife (Vladimir, MOE, 2018)

É interessante pensar como a questão do corpo – exposta por Vladimir como potência de força política agregadora – é fundamental nos processos constituintes de cidade. Como o corpo

é o lugar marcado pelas opressões e pela anomia do espaço público, mas é também o que torna possível a força instauradora de afeto pelo vínculo comum. É por meio do corpo que nos movemos no espaço, que confrontamos com os tropeços e caminhos do cotidiano urbano, é o corpo que nos dá, também, a materialidade do Outro, que permite os encontros e desencontros da urbe e que projeta o senso de coletividade.

A cidade humana, portanto, sob o olhar do sensório, poderia ser a esperança de retorno desse cidadão, separado da própria cidade e influenciado pela mídia e pelo consumo, em direção ao exercício de sua cidadania. A “nova cidade humana”, então, pode ser expressa por meio de uma cidadania ativa capaz de contemplar a apropriação política, afetiva e sensível do espaço urbano.

Nesse sentido, as colocações de Pedro, membro do DU, são essenciais para entender como se deu essa experiência de cidadania no Recife. Nessa fala, Pedro traz a noção de responsabilidade e coloca a ocupação do Cais José Estelita como uma tomada de responsabilidade em relação a um lugar ignorado pelo poder público:

Eu acho que toda ocupação ela tem esse efeito estético né, de recolocar no espaço o que era antes meio que um não lugar. Acho que tem várias iniciativas, ações urbanas que são capazes de fazer isso né: um grafite, formas de ocupação distintas (...) ali não tava servindo pra cidade e ele ia servir muito menos, ia servir pra uma lógica de cidade muito mais danosa ainda (Pedro, DU, 2018)

As pessoas se sentem responsáveis por aquilo, né? Tipo, a ocupação foi um ato de desobediência e de tomada de responsabilidade. De dizer “não, tipo, a derrubada do armazém é uma irresponsabilidade, agora a gente tá dizendo se o poder público não é responsável em relação a isso, a gente tá tomando a responsabilidade em relação a esse espaço”. Então, tem esse elemento da afetividade (...) Mas eu acho que é isso, um sentimento de afeto, de responsabilidade, de pertencimento, também assim de alguma forma, de você entender que uma parte expressiva dos significados que você agregou a sua vida a partir da luta, tão ligados aquilo ali também (Pedro, DU, 2018)

Pedro, então, traduz o que Paiva e Sodré (2018) querem dizer com uma “cidade humana”, inserindo a noção de afetividade e apropriação ativa do espaço urbano como uma característica fundamental para o exercício de uma cidadania ética e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ocupe Estelita expressou, mesmo que de forma efêmera e contingente, uma experiência de cidadania em Recife. Não uma cidadania neoliberal, voltada para o consumo e para as práticas

individuais, mas uma cidadania *ativa*, política e afetiva. Uma cidadania ativa, no sentido proposto aqui, expressa uma consciência política em relação às transformações urbanas; ao direito à mobilidade plena – aquele no qual prevalecem a possibilidade da caminhada e do uso do transporte coletivo ou da bicicleta; e à uma relação afetiva e de responsabilidade com o espaço público e com o Outro da cidade.

Ao mesmo tempo, essa experiência de cidadania expressa durante a ocupação do Cais José Estelita nos encaminha para uma possibilidade de uma cidade humana. Ou seja, uma cidade construída para as pessoas e pelas pessoas, onde o cidadão tem participação ativa nas decisões de construção e reconstrução da urbe; onde as decisões sobre a cidade são tomadas em benefício da sua população e não dos interesses corporativos do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULCÃO, Luana. “*Onde queres Dubai sou Pernambuco*”: entre reminiscências e perspectivas futuras do Ocupe Estelita. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CAIAFA, Janice. *Trilhos da cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- CULLEN, Carlos. A. Cuidadanía urbi et orbi: desventuras de um concepto histórico y desafios de um problema contemporâneo. In: CULLEN, Carlos A. (Org.). *El malestar en la ciudadanía*. Buenos Aires: La Crujía, 2007. p. 17-42.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo Monteiro. Uma nova cidade humana: cidadania e comunicação contra barbárie. In: XXV Encontro Anual da Compós, 25, 2017, São Paulo. Anais [...]: São Paulo: 2017, p. 1-13.
- PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Cidadania, mídia e direitos sociais. In: XXVI Encontro Anual da Compós, 26, 2018, Belo Horizonte. Anais [...]: Belo Horizonte: 2018, p. 1-10.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- SENNETT, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum*: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TURNER, Bryan S. Outline of a theory of citizenship. *Sociology*, v. 24, n. 2, p. 189-217, may 1990.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O conceito de comunidade na comunicação. *Revista FAMECOS*: mídia, cultura e cidadania, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago. 2014

-
- [1] Para além do embargo do IPHAN, o Projeto Novo Recife também possuía outras irregularidades como a ausência de Estudo de Impacto Ambiental e de Vizinhança.
 - [2] As entrevistas contidas nesse artigo foram realizadas entre fevereiro e julho de 2018, gravadas em áudio e transcritas posteriormente. O nome dos entrevistados foi trocado para preservar a identidade e facilitar o desenvolvimento da pesquisa e das entrevistas. Essas entrevistas se enquadram no contexto da Dissertação da autora, intitulada “Onde queres Dubai sou Pernambuco”: entre reminiscências e perspectivas futuras do Ocupe Estelita (BULCÃO, 2019)
 - [3] Essa ideia surge de um funk criado pelo MOE que dizia “Pré-pré-prédio sobre palafita, *o Recife inteiro é um grande Cais José Estelita*”.